



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS - TO
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

MARIA DIVINA PEREIRA DA SILVA

**BNCC, CULTURA E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES NO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO: relato
de experiência no Projeto de Residência Pedagógica no Colégio Centro
de Ensino Médio Presidente Castelo Branco**

COLINAS DO TOCANTINS

2025

**BNCC, CULTURA E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES NO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO: relato
de experiência no Projeto de Residência Pedagógica no Colégio Centro
de Ensino Médio Presidente Castelo Branco**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Colinas do Tocantins
como requisito básico para a conclusão
do Curso de Licenciatura em
Computação.

Orientador(a): Esp. Eliane Mittelstad
Martins de Souza

Aprovado em 13/10/2025

COLINAS TOCANTINS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S586b Silva, Maria Divina Pereira da
BNCC, CULTURA E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES NO CURSO DE LICENCIATURA EM
COMPUTAÇÃO: : relato de experiência no Projeto de Residência
Pedagógica no Colégio Centro de Ensino Médio Presidente Castelo
Branco / Maria Divina Pereira da Silva. – Colinas do Tocantins, TO,
2025.
35 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação)
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
Campus Colinas do Tocantins, Colinas do Tocantins, TO, 2025.

Orientadora: Esp. Eliane Mittelstad Martins de Souza

1. Base Nacional Comum Curricular.. 2. Formação Docente.
Computação.. 3. Diversidade de Gênero. Residência Pedagógica.. I.
Souza, Eliane Mittelstad Martins de. II. Título.

CDD 004

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

MARIA DIVINA PEREIRA DA SILVA

**BNCC, CULTURA E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES
NO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO: RELATO DE
EXPERIÊNCIA NO PROJETO DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CENTRO DE
ENSINO MÉDIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de
Licenciatura em Computação do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins - *campus* Colinas - TO, como
exigência à obtenção do grau de Licenciado
em Computação.

Aprovado em: 22 de outubro de 2025

BANCA AVALIADORA

Prof.ª: Esp. Eliane Mittelstad Martins de Souza
Orientadora - IFTO - Campus Colinas - TO.

Prof.ª: MS. Marilene Pessoa da Silva Augusti
IFTO - Campus Palmas- TO.

Prof.ª: Dr. Henrique Brum Moreira e Silva
IFTO - Campus Colinas - TO.

Colinas do Tocantins
2025



Documento assinado eletronicamente por **Marilene Pessoa da Silva, Coordenadora**, em 22/10/2025, às 20:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Brum Moreira e Silva, Servidor**, em 24/10/2025, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

24/10/25, 10:31

SEI/IFTO - 2951800 - Documento padrão



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Mittelstad Martins de Souza, Servidora**, em 24/10/2025, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2951800** e o código CRC **A4EEAF4E**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS Campus
Colinas do Tocantins Avenida Bernardo Sayão, Lote 29B, Chácara Raio de Sol, CEP 77.760-000,
Colinas do Tocantins (TO) CNPJ: 10.742.006/0009-45 - Telefone:

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por me guiar, me dar força e coragem nesta longa caminhada, a todos os professores do campus Colinas do Tocantins, a qual tive a honra e oportunidade de conhecê-los e por contribuir com minha formação acadêmica, no decorrer destes anos de curso. Em especial à professora Eliane Mittistad Martins de Souza, minha orientadora de tcc, que me ajudou com paciência e dedicação a concluir com êxito este excelente trabalho, e ao saudoso professor mestre Levi Rodrigues Neto que sempre me motivou a continuar, e acreditou em me, aos meus pais Gilberto Pereira da Silva e Maria Nilva Pereira da Silva, pelo apoio e carinho a todos os meus irmãos que me motivava todos os dias a continuar e nunca desistir em especial meu irmão Reginaldo pereira da silva que foi o que mais me motivou e me levava todos os dias ao campus. Agradeço também a todos meus amigos pelos momentos de convívio e apoio, em especial Elaine Ferreira da silva, Layse Alves da Silva e Solange Daíres.

“Nenhuma sociedade se afirma sem o aprimoramento de sua cultura, da ciência, da pesquisa, da tecnologia, do ensino. E tudo isso começa com a pré-escola.” (Paulo Freire.)

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleceu novas diretrizes para a educação básica no Brasil que, em seu discurso, orientam a construção de currículos e práticas pedagógicas mais inclusivas, interdisciplinares e voltadas à formação integral do estudante. Este artigo tem como objetivo analisar a implementação dos princípios da BNCC no curso de Licenciatura em Computação, por meio de um relato de experiência no Projeto de Residência Pedagógica (PRP), realizado no Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, em Colinas do Tocantins. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, classificada como pesquisa aplicada, bibliográfica, documental e de observação participante. Os dados foram coletados a partir da imersão da licencianda nas atividades escolares, com acompanhamento de reuniões pedagógicas, planejamento de aulas e aplicação de atividades em sala de aula. Os resultados evidenciaram desafios da implementação de práticas que alcancem a problematização da diversidade, em especial a de gênero, mesmo com avanços no engajamento dos estudantes, sobretudo quando as práticas pedagógicas integraram os conteúdos de Computação à valorização da diversidade social e cultural. Conclui-se que a residência pedagógica, ao promover a articulação entre teoria e prática, contribui significativamente para a consolidação da identidade docente crítica, reflexiva e comprometida com os princípios da equidade e da educação pública de qualidade.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Formação Docente. Computação. Diversidade de Gênero. Residência Pedagógica.

ABSTRACT

The Common National Curriculum Base (BNCC) established new guidelines for basic education in Brazil, aiming to guide the development of curricula and pedagogical practices that are more inclusive, interdisciplinary, and focused on the comprehensive education of students. This article aims to analyze the implementation of BNCC principles in the Computer Science Teacher Education Program through an experience report from the Pedagogical Residency Project (PRP), carried out at the Presidente Castelo Branco High School in Colinas do Tocantins, Brazil. The methodology is qualitative in nature and classified as applied research, combining bibliographic review, document analysis, and participant observation. Data collection was conducted through the immersion of the undergraduate student in school activities, including pedagogical meetings, lesson planning, and classroom interventions. The results highlighted challenges in implementing practices that address the issues of diversity, especially gender diversity, even with advances in student engagement, especially when pedagogical practices integrated Computing content with the appreciation of social and cultural diversity. It is concluded that the pedagogical residency, by promoting the articulation between theory and practice, significantly contributes to the development of a reflective, critical, and socially committed teaching identity.

Keywords: Common National Curriculum Base. Teacher Education. Computer Science. Gender Diversity. Pedagogical Residency.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: Desafios iniciais.....	8
2.2 CULTURA E DIVERSIDADE NA LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO.....	14
2.3 A BNCC E A DIVERSIDADE NA BNCC COMO OBJETO DE ESTUDO DO LICENCIADO EM COMPUTAÇÃO.....	18
<u>2.4 DIVERSIDADE NA BNCC.....</u>	<u>20</u>
3. METODOLOGIA.....	22
4. RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CEM PRESIDENTE CASTELO BRANCO.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem passado por significativas transformações nas últimas décadas, impulsionadas, sobretudo, por diretrizes normativas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, em seu discurso, visa à consolidação de uma formação cidadã, crítica e plural. Publicada em 2018, a BNCC determina competências e habilidades que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, promovendo uma base comum para o currículo escolar e estabelecendo como princípio a valorização da diversidade, da equidade e do respeito à pluralidade cultural (Brasil, 2018). Dentro desse cenário, a formação inicial de professores assume papel central, uma vez que é a partir dela que se fundamentam as práticas pedagógicas que efetivamente viabilizem a concretização desses princípios nos diferentes contextos escolares.

A formação docente nos cursos de Licenciatura, como a Licenciatura em Computação, é desafiada a articular conteúdos técnicos, fundamentos pedagógicos e vivências formativas que contribuam para a atuação consciente, ética e inclusiva dos futuros professores. Nesse contexto, torna-se essencial compreender como os elementos da BNCC, em especial aqueles relacionados à cultura e diversidade, vêm sendo incorporados nos currículos formativos, particularmente em áreas tradicionalmente menos associadas às humanidades, como é o caso da Computação (Da Silva; Falcão, 2021). Estudos demonstram que a integração de temas socioculturais nos cursos de exatas ainda é incipiente e carece de abordagens que favoreçam a sensibilidade crítica, a empatia e o compromisso com os direitos humanos (Peviani et al., 2022; Lima; Junior, 2024).

Além da legislação educacional e das diretrizes curriculares, iniciativas como o Programa de Residência Pedagógica, instituído pela CAPES por meio do Edital nº 24/2022, têm desempenhado papel estratégico no fortalecimento da formação prática e na aproximação entre universidade e escola básica. A experiência no Projeto de Residência Pedagógica no Colégio Centro de Ensino

Médio Presidente Castelo Branco, com residentes do curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins, exemplifica essa articulação, proporcionando uma vivência concreta das demandas escolares e dos desafios associados ao ensino pautado em princípios inclusivos e multiculturais (Brasil, 2022; Brandão; Moreira, 2025).

Nesse percurso formativo, os residentes enfrentam o desafio de articular saberes acadêmicos e experiências práticas Tardif (2002) à luz de referenciais que orientam a educação para a diversidade e a equidade, como apontado por Freire (2013a). Tais referenciais reforçam a necessidade de que o processo formativo promova o reconhecimento da alteridade e a capacidade de lidar com diferentes contextos sociais, culturais e econômicos presentes na realidade escolar. A BNCC, nesse sentido, não apenas normatiza a atuação pedagógica, mas também demanda uma postura docente engajada na superação de desigualdades históricas.

Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa por sua contribuição ao debate sobre a formação docente em Computação, um campo em que ainda se observa uma lacuna significativa no tocante à integração efetiva de temáticas ligadas à diversidade de gênero, cultural e à educação emancipatória (Dias, 2021). A relevância do estudo está na análise crítica de como a BNCC e os princípios que a sustentam têm sido incorporados na formação inicial docente, considerando experiências práticas no âmbito da Residência Pedagógica e os impactos dessas vivências na constituição da identidade profissional dos licenciandos (Pinheiro, 2017; Ribeiro et al., 2022).

Diante da escassez de pesquisas que articulem o campo da Computação com questões socioculturais, emerge a seguinte problemática: Como a BNCC tem influenciado a formação inicial docente no curso de Licenciatura em Computação, com ênfase na valorização da cultura e da diversidade, a partir das experiências vivenciadas no Projeto de Residência Pedagógica no Colégio Presidente Castelo Branco?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência da Base Nacional Comum Curricular na formação inicial docente no curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins, com ênfase nas temáticas de cultura e diversidade, em especial a diversidade de gênero. A investigação será guiada por uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com base em

um relato de experiência referente ao desenvolvimento do Projeto de Residência Pedagógica no Colégio Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, situado na rede pública de ensino do estado do Tocantins.

Entre os objetivos específicos, pretende-se: a) compreender como os licenciandos em Computação interpretam e aplicam os princípios da BNCC relacionados à diversidade cultural; b) identificar os principais desafios e conquistas vivenciados no processo formativo no contexto da Residência Pedagógica; e c) refletir sobre as contribuições da experiência prática na construção da identidade profissional docente sensíveis à diversidade e à justiça social.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: Desafios iniciais

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) constitui um dos documentos normativos mais importantes da educação brasileira contemporânea. Elaborada com a finalidade de garantir o direito à aprendizagem e assegurar equidade e qualidade no ensino, a BNCC estabelece as competências e habilidades essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar. Sua proposta é construir uma base comum de conhecimentos sem negligenciar a diversidade regional, cultural e social do Brasil, orientando os currículos escolares de forma a respeitar o contexto sociocultural de cada território (Brasil, 2018).

No entanto, a mesma acaba por fragilizar, reduzir e atrofiar o currículo e a formação docente e, por conseguinte, os currículos da educação básica, uma vez que este se alinha fortemente à formação dos estudantes para o mercado de trabalho, (educação Capitalista com interesses empresariais) ou seja uma educação socioeconômica. Nesta perspectiva, ao mesmo tempo em que delimita a autonomia dos professores dentro das salas de aula, enfatiza o treinamento de competências e habilidades, contrariando o ensejo ao desenvolvimento do pensamento emancipatório do cidadão que se dá na educação a partir da participação coletiva e democrática.

Tais fundamentos são necessários para a materialização das bases orientadoras de educação que se pretende dialógica, crítica e reflexiva. Conforme defende autores como Libâneo, a reação e a resistência de boa parte do campo acadêmico e profissional educadores a essa política curricular, de viés economicista, é plenamente legítima, uma vez que se trata de recusar uma educação restringida à preparação de capacidades produtivas para o mercado e, por outro lado, de afirmar uma outra educação, voltada para o desenvolvimento de capacidades humanas num sentido humanizante, emancipador e democrático (Libâneo, Ferreira, Medeiros, Araújo, 2023).

Não há como negar que a importância da BNCC reside no seu papel político e pedagógico. Ao propor dez competências gerais, o documento se apresenta como uma posição propositiva, inovadora e democrática. Contudo, evidencia-se nos autores como os citados que o documento negligência a formação humana focando apenas numa educação neoliberal, ou seja, formando mão de obra que atende às demandas capitalistas. Dessa forma, o documento assume, para a maioria dos pesquisadores em educação, uma postura retrógrada, pautada numa pedagogia escolanovista, orientada por um psicologismo, mesmo que seu texto indique que a formação escolar não deve limitar-se à aquisição de conteúdos, mas deve integrar saberes, atitudes e valores que possibilitem ao sujeito interagir de maneira crítica, ética e responsável na sociedade.

Para o estudo proposto aqui, nota-se que as competências citam a valorização da diversidade, o pensamento científico e criativo, a empatia, a resolução de conflitos e o uso responsável das tecnologias digitais. Assim, a BNCC proporia ultrapassar o escopo técnico-curricular e se apresentar como uma proposta de formação cidadã integral (Alves, 2019; Brasil, 2018). É preciso, contudo, fazer tais considerações a partir dos pressupostos que a fundamenta, sua tendência pedagógica estruturante, e, somente a partir disso, entendê-la como documento legal que carece do pensamento reflexivo do licenciado (no caso, em formação) que deverá obedecê-la enquanto legislação, contudo problematizá-la em sua prática cotidiana.

Conforme sua escrita, essa diretriz curricular implica uma reconfiguração dos processos pedagógicos e da prática docente, possibilitando contínuo aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem a fim de que os

professores estejam capacitados para interpretar e implementar as competências da BNCC em sala de aula. Segundo Tardif (2002), os saberes docentes devem ser construídos na articulação entre o conhecimento teórico, a prática pedagógica e os contextos nos quais o ensino ocorre. Portanto, a implementação da BNCC exige que o professor vá além da reprodução de conteúdos, assumindo o papel de mediador da aprendizagem, articulador da diversidade e promotor de uma educação crítica e democrática sendo, ao mesmo tempo, reflexivo de sua própria prática.

No descrito no documento, a BNCC assume papel central no combate às desigualdades educacionais históricas. Ao definir um conjunto mínimo de aprendizagens a que todos os alunos têm direito, o documento buscava garantir uma base comum de formação, que se constitui em uma estratégia para reduzir a fragmentação do ensino, bem como combater as assimetrias de oportunidades de aprendizagem entre diferentes regiões e grupos sociais do país.

Contudo, para que essa proposta se concretize, há paradoxos que carecem de cuidado. Primeiro, é imprescindível que haja investimentos na formação docente, na infraestrutura escolar e na construção de currículos que valorizem a cultura local e a identidade dos estudantes (Libâneo, 2004). Por conseguinte, para o autor, a proposta da BNCC alterou a legislação para formação de professores, a qual foi reduzida a uma formação aligeirada, instrumental, crítica, desprovida de fundamentação teórica, levando à fragilização do processo formativo e à acelerada desvalorização profissional dos professores, sendo apresentada na Resolução CNE/CP nº 2, de 2019 (Brasil, 2019) (BNC-Formação de Professores).

O mesmo defende que o processo de formação docente deve ir além competências e habilidades e que a BNC-Formação de Professores desvaloriza/enfraquece a formação teórica e sua didática pedagógica fragmentando a autonomia do professor e reduzindo a função social da escola, já que a mesma visa formar cidadãos para o mercado. Seu posicionamento para a formação de professores é o da necessidade do desenvolvimento de um professor engajado e comprometido com as transformações sociais, que articule conhecimentos, teóricos, práticos e contextuais para uma prática pedagógica significativa (Libâneo, 2022).

Em sua reflexão, a reconfiguração do processo de formação profissional e do perfil de professores pretende inserir os professores na órbita dos interesses do capitalismo neoliberal de modo a prepará-los como trabalhadores práticos e adaptáveis aos interesses do mercado (Libâneo, 2022). Mesmo com a Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024), que reformulou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (que possui alguns avanços em relação a anterior), a não revogação da BNCC implica em conformismo à sua intencionalidade, reforçando os mesmos ideais.

No que se refere ao tema proposto neste trabalho, ao tratar cultura e diversidade, a BNCC introduz em suas competências temas contemporâneos transversais, como o respeito aos direitos humanos, a educação das relações étnico-raciais e a valorização das diferenças culturais, religiosas, de gênero e de orientação sexual. Entretanto, evidenciam-se críticas e lacunas, sobretudo no tocante às temáticas de gênero. Argumenta-se que a Base fomenta uma abordagem superficial da diversidade, alicerçada num modelo curricular focado em competências e habilidades. Outrossim, observa-se a subjugação da autonomia, da pluralidade e das especificidades regionais em favor de uma centralização curricular, na qual os formuladores da política federal estabelecem as diretrizes para sua efetivação através de instrumentos como o financiamento, a gestão centralizada, os processos avaliativos e a capacitação docente.

Cumprе destacar o papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) como fundamento da BNCC. Os temas transversais estão presentes na LDB desde sua criação em 1996. Contudo, é somente em 2024 que ela é alterada, incluindo o artigo 26-B, por meio da Lei nº 14.986/2024 (Brasil, 2024), a qual institui a obrigatoriedade de incluir “abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio” (Brasil, 2024).

Essa abordagem é essencial para que a escola cumpra seu papel social de formar cidadãos conscientes e preparados para conviver com a pluralidade. De acordo com Freire (2013b), a educação deve ser um ato político que reconhece os saberes populares e a subjetividade dos educandos, promovendo o diálogo entre diferentes culturas e perspectivas.

A BNCC impõe uma controversa mudança de paradigma na organização curricular ao substituir a segmentação tradicional de conteúdos por uma estrutura baseada em competências e habilidades. Embora essa perspectiva aparente incentivar a articulação interdisciplinar, na prática, ela demanda um rompimento com a valorização das áreas de conhecimentos e sua transmissão, promovendo, outrossim, uma sobrecarga aos docentes ao torná-los executores de metodologias chamadas inovadoras, porém, que interferem em sua autonomia. A retórica de que tal mudança exige um 'salto qualitativo' na formação e no planejamento revela-se falaciosa, pois transfere a responsabilidade para os educadores sem oferecer o suporte estrutural e os recursos necessários para uma transformação pedagógica efetiva. Tal abordagem resultou em uma fragilização do cenário educacional, na qual os docentes foram destituídos de sua autonomia no alinhamento dos conteúdos e inseridos em um contexto de competitividade, onde o professor é individualmente responsabilizado por seu êxito ou fracasso.

No campo da educação tecnológica e das licenciaturas em Computação, a BNCC também traz desafios específicos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece desafios relevantes ao incorporar o pensamento computacional como objeto de conhecimento transversal às diversas áreas. Essa orientação implica reconhecer que todas as áreas do saber contemplam competências e habilidades relacionadas ao uso de tecnologias digitais, o que amplia a responsabilidade da Licenciatura em Computação na formação de professores capazes de integrar tais recursos ao cotidiano escolar. Assim, a lógica da computação não se limita ao ensino especializado, mas se constitui como ferramenta pedagógica essencial para o desenvolvimento de competências como a resolução de problemas, a análise crítica de dados e a automação de processos, contribuindo para uma educação que dialogue com as demandas da sociedade contemporânea e prepare os estudantes para atuar de forma criativa e crítica em um mundo cada vez mais digitalizado.

Ao incluir na formação de professores o pensamento computacional como um dos objetos de conhecimento (em diversas áreas educacional), bem como o letramento em tecnologias e a apropriação da cultura digital, a BNCC aponta para a necessidade de integrar a lógica da computação ao cotidiano escolar, desenvolvendo habilidades como reconhecimento do problema,

decomposição em padrões, identificação das semelhanças e organização lógica de sua resolução, conforme os passos do pensamento computacional. Essa inclusão exige que os cursos de Licenciatura em Computação formem professores que dominem tanto os fundamentos advindos da tecnologia quanto os princípios pedagógicos necessários à sua mediação didática (Brachmann, 2017; Ribeiro et al., 2022).

Demonstra a necessidade do licenciado em computação possuir, tanto conhecimento tecnológico, como o conhecimento didático pedagógico sobre o uso das tecnologias digitais. O diferencial fundamental deste profissional reside no domínio aprofundado tanto dos fundamentos tecnológicos quanto dos princípios pedagógicos, uma dualidade que o capacita de forma ímpar. Este conhecimento aprofundado não se limita ao "saber usar", mas avança para o "saber como funciona" e "saber como refletir sobre", permitindo-lhe realizar a transposição didática de conceitos técnicos complexos, tornando-os compreensíveis e significativos para os alunos.

Mais do que um mediador de ferramentas, o licenciado em Computação atua como um arquiteto de experiências de aprendizagem críticas e inovadoras. É essa maestria que lhe confere autoridade para não apenas ensinar o uso de tecnologias, mas também para problematizar seu impacto social, suas implicações éticas e seus mecanismos subjacentes. Essa capacidade de fomentar um pensamento crítico sobre a tecnologia é uma necessidade para a cidadania plena no século XXI, com seus desafios éticos, incluindo as questões relacionadas à diversidade, em especial a de gênero.

Diante do exposto, a BNCC deve ser compreendida como um ponto de partida e não como um modelo fechado. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tenha sido proposta como um instrumento orientador para a construção de currículos e políticas educacionais no Brasil, sua adoção acrítica para a formação de professores e para a organização do trabalho pedagógico revela-se problemática sob diversos aspectos. Longe de constituir um modelo fundado em uma compreensão ampla, crítica e contextualizada da realidade educacional brasileira, a BNCC apresenta limitações significativas que fragilizam o processo formativo docente, empobrecem a práxis pedagógica e desconsideram a complexidade das desigualdades sociais que marcam o país.

Sua efetividade criadora depende da mediação dos sujeitos envolvidos no processo educativo – gestores, professores, formadores e estudantes – e da capacidade da escola de interpretar criticamente o documento, contextualizando-o de acordo com sua realidade. A valorização da diversidade, a construção de uma formação integral e a promoção da justiça social são princípios da BNCC que só poderão ser materializados por meio de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social e com a formação de sujeitos críticos e autônomos.

2.2 CULTURA E DIVERSIDADE NA LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

A discussão sobre cultura e diversidade no campo da formação docente tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente em função das exigências de uma sociedade plural marcada por profundas desigualdades históricas. No entanto, na Licenciatura em Computação, esses debates ainda encontram certa resistência, seja pela tradição tecnicista do curso, seja pela percepção equivocada de que as ciências exatas não dialogam com questões sociais. Tal cenário evidencia a urgência de integrar essas temáticas à formação inicial dos professores de Computação, para que possam atuar com sensibilidade, criticidade e responsabilidade social (Da Silva; Falcão, 2021).

Para Barroso, o conceito de cultura ultrapassa a noção restrita de acumulação de saberes e práticas, pois se refere a um conjunto de valores, normas, símbolos, comportamentos e conhecimentos que estruturam a vida social e orientam a convivência humana. No campo educacional, a cultura pode ser entendida tanto como a herança social transmitida entre gerações, quanto como o processo contínuo de produção de significados que marcam a identidade de um grupo (Barroso, 1996).

O reconhecimento da cultura e da diversidade como princípio estruturante da educação exige que os cursos de Licenciatura desenvolvam práticas pedagógicas que valorizem as múltiplas identidades dos sujeitos em formação. Isso implica, por exemplo, repensar os conteúdos, os métodos de ensino e as dinâmicas de avaliação a partir de um olhar que considere gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, deficiência e outros marcadores sociais. Como apontam Alves (2019) e Campos (2015), é fundamental que o professor

compreenda a diversidade como um recurso pedagógico e não como um problema a ser resolvido ou padronizado.

A diversidade, em especial a diversidade de gênero, constitui um campo de reflexão indispensável, uma vez que se relaciona diretamente com os desafios da inclusão, da equidade e da superação de preconceitos no ambiente escolar e social. O conceito de diversidade refere-se à multiplicidade de formas de ser, pensar e viver que compõem a experiência humana. No âmbito educacional, a diversidade deve ser compreendida como a valorização das singularidades dos sujeitos, considerando suas identidades culturais, étnicas, sociais, religiosas e de gênero. Tal perspectiva rompe com visões homogeneizadoras que historicamente moldaram a escola, reduzindo a pluralidade humana a padrões únicos e excludentes (Souza; Silva, 2015).

A diversidade de gênero, especificamente, ultrapassa a concepção meramente biológica de diferenciação entre masculino e feminino, sendo entendida como construção social, histórica e cultural. Nesse sentido, gênero relaciona-se às expectativas, papéis e atribuições conferidas aos indivíduos em diferentes contextos sociais. Campos (2015) destaca que, na escola, a não problematização das questões de gênero contribui para a reprodução de práticas de exclusão, preconceito e violência, especialmente contra grupos que não se enquadram na heteronormatividade hegemônica.

No âmbito da Computação, essa compreensão deve estar associada à formação de um professor que, além de dominar as linguagens e ferramentas computacionais, esteja preparado para lidar com a complexidade das relações humanas no espaço escolar. O ensino de algoritmos, por exemplo, pode (e deve) ser associado a problemáticas do cotidiano, integrando saberes matemáticos, tecnológicos e culturais às questões que afetam a humanidade. Essa proposta exige uma formação inicial que articule competências técnicas com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tais como empatia, escuta ativa e respeito às diferenças (Lima; Junior, 2024).

Cumpre destacar que o texto que segue encontra-se no âmbito do Curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), organizado em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Há duas versões deste

documento: a primeira, que deu início ao curso em 2015, e a segunda, iniciada dois anos depois e vigente até o momento.

Em sua versão de 2015, o texto limita-se a menções genéricas à formação cidadã e humanística, sem explicitar estratégias ou componentes curriculares voltados à valorização da pluralidade cultural. Embora a versão vigente no campus avance ao reconhecer a importância da diversidade cultural e social na formação docente, também não contempla a questão de gênero como eixo estruturante.

Para analisar se esta situação foi isolada, buscou-se comparar com o mesmo curso, implementado no campus Araguatins/IFTO, O PPC de Araguatins, apesar de mais recente e em consonância com a BNCC e as diretrizes nacionais de formação, aborda a diversidade de maneira transversal e pouco sistemática, restringindo-se a referências gerais em princípios pedagógicos e atividades de extensão. Constata-se, assim, que em todos os documentos a temática é tratada de forma superficial, não se consolidando como componente essencial da formação inicial do licenciando em Computação. Evidenciou que a abordagem sobre diversidade, especialmente a diversidade de gênero, ainda se apresenta de forma incipiente.

Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente incentivem a inclusão dessas temáticas, na prática, elas são tratadas como conteúdos periféricos, muitas vezes restritos a disciplinas isoladas ou a atividades eventuais. A ausência de uma abordagem transversal impede que os futuros professores desenvolvam uma visão crítica e integrada da realidade educacional brasileira (Peviani et al., 2022).

Para que essa transformação ocorra, é necessário que as Instituições de Ensino Superior promovam processos formativos que estimulem a reflexão sobre a docência como uma prática social e ética. Isso exige que os saberes docentes se construam a partir da escuta ativa, do reconhecimento das diferenças e da valorização das múltiplas formas de conhecimento, inclusive aquelas que se expressam fora dos padrões tradicionais.

Na formação em Computação, por exemplo, essa perspectiva demanda uma articulação constante entre teoria e prática, técnica e sensibilidade, ciência e humanidade. Só assim será possível formar profissionais críticos, éticos e

preparados para interagir com a complexidade social de maneira respeitosa e transformadora

O Programa de Residência Pedagógica (PRP) constitui-se como oportunidade valiosa para que os licenciandos vivenciam realidades escolares plurais e se confrontam com os desafios da diversidade em contextos reais de ensino. Possibilita a construção de uma identidade docente comprometida com a justiça social, o que é fundamental para que o professor de Computação compreenda seu papel para além da transmissão de conteúdos técnicos, atuando também como agente formador de valores democráticos (Brandão; Moreira, 2025).

Outro ponto importante refere-se à escolha e uso de materiais didáticos no ensino de Computação. É fato a existência de uma lacuna significativa no que se refere à disponibilização e à produção de livros didáticos específicos voltados à formação do professor de Computação, bem como ao seu ensino nas etapas da Educação Básica (EB). Em substituição, os cursos de Licenciatura em Computação e o ensino nas etapas da EB recorrem, em sua maioria, a livros teóricos de caráter científico e paradidático, bem como a apostilas e materiais elaborados pelos próprios docentes. Tais recursos, embora fundamentais para suprir a ausência de obras didáticas consolidadas, ainda refletem uma perspectiva predominantemente eurocentrada, hétero, masculina e tecnicista, pouco atenta à representatividade e à pluralidade de sujeitos e saberes. A formação docente deve, portanto, capacitar os futuros professores para analisar criticamente esses materiais, selecionar recursos mais inclusivos e, quando possível, construir conteúdos pedagógicos que dialoguem com as realidades culturais dos estudantes (Alves, 2019).

Além disso, a própria linguagem utilizada no ensino de Computação precisa ser problematizada. Termos técnicos, códigos e comandos muitas vezes são apresentados de forma neutra e descontextualizada, desconsiderando o potencial que a Computação tem para abordar temas sensíveis, promover debates éticos e favorecer a compreensão crítica da realidade. O ensino de algoritmos, por exemplo, pode ser vinculado à desconstrução de estereótipos, à análise de fake news e ao combate à discriminação algorítmica, desde que o professor esteja formado para reconhecer e explorar essas possibilidades (Brachmann, 2017).

Nesse contexto, torna-se essencial que a Licenciatura em Computação promova uma formação que não dissocie o conhecimento técnico da dimensão ética e cultural do ensino. Essa formação deve considerar os estudantes como sujeitos históricos e culturais, cujas experiências e vivências influenciam diretamente suas aprendizagens. Ao mesmo tempo, é necessário formar professores que se reconheçam como mediadores desse processo, conscientes de que sua prática pedagógica pode tanto reproduzir quanto transformar desigualdades (Freire, 2013a).

Portanto, integrar cultura e diversidade à formação docente em Computação não é apenas uma demanda curricular, mas uma exigência ética e política diante das complexas realidades escolares brasileiras. Trata-se de formar professores que compreendam a tecnologia como um campo que, embora fortemente técnico, é também profundamente humano. A articulação entre saberes computacionais e saberes culturais permite a construção de práticas pedagógicas mais significativas, inclusivas e transformadoras, capazes de responder aos desafios do nosso tempo e de contribuir para uma educação mais justa e plural.

2.3 A BNCC E A DIVERSIDADE NA BNCC COMO OBJETO DE ESTUDO DO LICENCIADO EM COMPUTAÇÃO

O estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) durante a formação docente constitui-se como campo fértil de problematizações para a pesquisa acadêmica. No caso da Licenciatura em Computação, investigar a BNCC é fundamental para que os futuros docentes compreendam, desde a graduação, as competências e habilidades esperadas dos alunos da educação básica enquanto seu caráter normativo, sobretudo no que se refere à incorporação do pensamento computacional como conteúdo obrigatório. Essa compreensão proporciona um olhar crítico e articulador entre a prática educativa e as demandas sociais, preparando o licenciando para desenvolver currículos coerentes com as diretrizes nacionais (Brasil, 2018; Da Silva; Falcão, 2021).

Os discentes que se dedicam à pesquisa sobre a BNCC desenvolvem uma postura reflexiva essencial à atuação docente. Ao analisar criticamente os

princípios, competências e habilidades da BNCC, o licenciando em Computação se apropria de conhecimentos que ultrapassam a técnica e o instrumental, assumindo um papel na construção de propostas pedagógicas problematizadoras da realidade.

De igual modo, proporciona uma base para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares articulando a área computacional às demais, o que é necessário tendo em vista que, por si, a área computacional encontra-se transversalmente na BNCC. Ao estudar a estrutura curricular, os discentes aprendem a pensar o conteúdo de Computação não de forma isolada, mas em articulação com outras áreas do conhecimento, como Ciências Humanas, Linguagens e Matemática. Além disso, permite ao professor dialogar com colegas, ampliando sua compreensão sobre os desafios e potencialidades da educação básica.

Nesse sentido, debruçar-se sobre a BNCC promove maior autonomia no professor, evitando tanto a reprodução acrítica das diretrizes quanto o imprevisto descolado das necessidades reais dos estudantes (Peviani et al., 2022). Ao interpretar a BNCC de forma crítica, os docentes e discentes exercitam sua capacidade de compreender o discurso político-pedagógico que sustenta o currículo, avaliando suas implicações para o cotidiano escolar e para a prática docente. Conforme apontam Libâneo (2004) e Tardif (2002), o professor precisa compreender o contexto histórico e ideológico das reformas curriculares para poder exercer sua autonomia com responsabilidade.

Compreender a BNCC também oferece aos licenciandos em Computação uma oportunidade de pensar a inserção da tecnologia no espaço escolar. Ao destacar o pensamento computacional como uma das habilidades da educação básica, o documento estabelece um novo campo de atuação para os docentes dessa área. Desenvolver pesquisas que analisem como essa inserção pode ocorrer de forma significativa, inclusiva e crítica é essencial para que o professor não se limite ao ensino de ferramentas técnicas, mas proponha atividades que estimulem o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a criatividade (Brachmann, 2017; Ribeiro et al., 2022).

Ao dominar o conteúdo do documento, o professor pode atuar junto a colegas e gestores escolares na elaboração e revisão dos projetos político-pedagógicos, contribuindo para que as escolas construam currículos

alinhados às diretrizes nacionais e sensíveis às especificidades locais. Assim, deixa de ser apenas executor de políticas e passa a atuar como coautor dos processos pedagógicos (Libâneo, 2004).

É, portanto, na compreensão da BNCC como documento legal, possível e necessário de ser investigado e tratado com reflexão e criticidade, que propôs-se apreender a BNCC a partir das questões de diversidade e de gênero. A intenção é entender o papel do licenciado em computação na efetivação da educação como prática social voltada à emancipação e à defesa dos grupos historicamente marginalizados, especialmente no âmbito da escola pública

2.4 DIVERSIDADE NA BNCC

A diversidade constitui um dos princípios fundamentais da educação contemporânea e pode ser compreendida como a coexistência de diferentes identidades, saberes, valores e modos de vida que formam a estrutura social. Segundo Fleury (2000) e Cerqueira (2023), a diversidade representa o conjunto de pessoas com identidades distintas interagindo em um mesmo conjunto social, o que abrange diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, geracionais e socioeconômicas. No campo educacional, reconhecer a diversidade significa compreender que o processo de ensino e aprendizagem deve promover o respeito, a equidade e a valorização de todas as formas de expressão humana. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) aponta em seu discurso a importância de uma formação integral que considere o estudante como sujeito histórico, social e cultural, valorizando sua identidade e suas experiências de vida.

Desta forma, garante a identificação e valorização do diverso no contexto social e escolar, o que implica no ideal de inclusão, tendo a escola papel fundamental para promoção de uma sociedade inclusiva. O conceito de inclusão ultrapassa a ideia de mera inserção física dos sujeitos nos espaços sociais e escolares. Trata-se de um processo amplo, que visa assegurar o acesso, a participação (incluindo a aprendizagem) de todos, independentemente de suas condições físicas, sociais, culturais ou econômicas. Conforme Cerqueira (2023), incluir é garantir que todos os

membros de um grupo sejam tratados de forma justa e tenham igualdade de oportunidades. No contexto educacional, a inclusão se concretiza por meio de políticas, práticas e currículos que reconheçam e valorizem as diferenças, favorecendo o pertencimento e a construção de uma cultura escolar democrática e plural.

É reconhecendo as diferenças e identidades de gênero, bem como as exclusões e violências ocorridas historicamente que destaca-se a necessidade de sua problematização e estudo para a formação do licenciado que atuará na escola, entendendo o papel reprodutor ou transformador da instituição escolar sobre a sociedade. O conceito de gênero refere-se às construções socioculturais que definem papéis e comportamentos atribuídos a homens e mulheres, distanciando-se da ideia de uma determinação puramente biológica. De acordo com Louro (1997, apud Brasil, 2010), o gênero é uma categoria relacional que revela como as diferenças entre os sexos são socialmente produzidas e mantidas, sendo também reforçadas pelas instituições, inclusive pela escola. Trabalhar as questões de gênero no ambiente educacional implica repensar práticas pedagógicas que ainda reproduzem estereótipos e desigualdades, promovendo uma educação voltada à equidade, à justiça e ao respeito às diversas identidades e orientações.

A intersecção entre diversidade e gênero na educação constitui um dos maiores desafios para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva e comprometida com os princípios democráticos. O documento *Gênero e Diversidade na Escola* (Brasil, 2010) ressalta que promover a igualdade de gênero requer práticas pedagógicas fundamentadas na ética, no diálogo e na valorização das diferenças. Para o curso de Licenciatura em Computação, essa discussão adquire relevância ainda maior, uma vez que a área tecnológica historicamente reproduz desigualdades de gênero, com a sub-representação feminina e a persistência de estereótipos que afastam grupos minoritários. Desse modo, compreender as questões de gênero e diversidade é essencial para que os futuros docentes em Computação possam promover práticas educativas inclusivas, capazes de combater preconceitos e contribuir para a transformação social.

Apesar dos avanços normativos e legais, a implementação de políticas voltadas à diversidade e à inclusão de gênero ainda enfrenta obstáculos significativos. Segundo Cerqueira (2023), as principais dificuldades dizem respeito à falta de formação adequada dos profissionais da educação, à resistência cultural de parte da sociedade e ao tratamento superficial dessas temáticas nos currículos oficiais, inclusive na BNCC. A ausência de uma abordagem crítica sobre gênero e diversidade contribui para a manutenção de práticas excludentes e para o fortalecimento de estereótipos no ambiente escolar. Assim, é imprescindível que os cursos de formação docente, especialmente os de Licenciatura em Computação, incorporem discussões aprofundadas sobre diversidade, equidade e inclusão, de modo a preparar professores comprometidos com uma educação democrática, ética e transformadora.

3. METODOLOGIA

O presente relato de experiência teve como lugar de observação-participante o Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, instituição da rede estadual localizada no município de Colinas do Tocantins, onde a residente do subprojeto do curso de Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins/IFTO desenvolveu suas atividades no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (PRP). O estudo se caracteriza como uma pesquisa básica de natureza qualitativa, pautada na articulação entre levantamento bibliográfico, análise documental e observação participante, com o intuito de compreender a articulação entre os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as práticas pedagógicas em Computação e os debates sobre cultura e diversidade no ambiente escolar.

Inicialmente, a pesquisa foi conduzida por meio de levantamento bibliográfico com o objetivo de fundamentar teoricamente as dimensões que orientaram a prática docente da residente. Conforme aponta Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite a análise de contribuições teóricas já consolidadas acerca de determinado tema, servindo como base para a interpretação e problematização dos dados empíricos. Nesse sentido, foram selecionados autores que discutem temáticas como cultura organizacional

escolar (Libâneo, 2013), gênero e diversidade no contexto escolar (Campos, 2015), saberes docentes e formação inicial (Tardif, 2002), além de estudos específicos sobre a BNCC e a formação em Computação (Da Silva; Falcão, 2021; Brandão, Moreira, 2025).

Paralelamente à etapa bibliográfica, realizou-se a análise documental com base em materiais oficiais e institucionais, considerados como fontes primárias (GIL, 2008). Entre os documentos analisados, destacam-se a própria BNCC – com especial atenção ao seu tratamento do pensamento computacional, das competências gerais e da abordagem transversal da diversidade –, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEM Presidente Castelo Branco, e o PPC do curso de Licenciatura em Computação do IFTO. Esses documentos foram examinados a fim de identificar convergências e tensões entre as diretrizes normativas e a realidade concreta da formação e atuação docente no campo da Computação.

O procedimento de coleta de dados adotado foi a observação participante, uma vez que a residente esteve diretamente inserida no ambiente escolar durante o período de vigência da residência. A observação ocorreu em dois eixos: primeiramente, através do acompanhamento das rotinas escolares, observando dinâmicas de sala de aula, reuniões pedagógicas, eventos e planejamentos, o que possibilitou a apreensão do funcionamento institucional em sua dimensão cultural e organizacional; em segundo lugar, por meio da participação ativa nas atividades pedagógicas, com envolvimento direto nos processos de planejamento, construção e execução de aulas sob orientação do preceptor docente. Essa imersão, segundo Gil (2008), caracteriza a pesquisa participante como aquela em que o pesquisador integra-se ao grupo investigado, buscando compreender o fenômeno e, ao mesmo tempo, contribuir com sua transformação.

Durante o estágio de regência assistida, a residente desenvolveu planos de aula que articularam os conhecimentos prévios adquiridos na graduação com os princípios da BNCC e com as demandas específicas do ambiente escolar. A elaboração dos materiais didáticos, dos critérios avaliativos e das abordagens pedagógicas considerou não apenas os conteúdos de Computação, mas também aspectos relacionados à diversidade cultural dos estudantes e à construção de um ambiente de aprendizagem inclusivo. Esse

processo evidenciou a importância da prática docente como espaço de investigação, no qual a teoria e a prática se entrelaçam e geram novas possibilidades educativas.

A observação participante possibilitou a coleta de dados qualitativos relevantes sobre as relações pedagógicas estabelecidas no interior da escola, os desafios da implementação da BNCC no campo da Computação e as práticas docentes relacionadas à temática da diversidade. Com base nas análises realizadas, a residente propôs e aplicou estratégias didáticas que buscavam integrar os conteúdos computacionais com temas contemporâneos de relevância social, promovendo o protagonismo estudantil e o desenvolvimento do pensamento crítico. Essas ações não apenas concretizaram a articulação entre teoria e prática, como também demonstraram o potencial transformador da pesquisa aplicada na formação docente inicial, ao permitir que a prática pedagógica seja permanentemente reavaliada, ressignificada e aprimorada. Conforme Gil (2008), a pesquisa aplicada tem por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos.

Em síntese, a metodologia adotada nesta pesquisa – combinando revisão bibliográfica, análise documental e observação participante – permitiu um entendimento abrangente do contexto escolar investigado. Mais que descrever práticas, o estudo buscou compreender os sentidos que elas produzem e os desafios que impõem à formação inicial em Computação. Dessa forma, contribui para o fortalecimento de uma formação docente alinhada às diretrizes da BNCC, comprometida com a equidade e sensível à diversidade que caracteriza a realidade escolar brasileira.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROJETO DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CEM PRESIDENTE CASTELO BRANCO

A realização do Projeto de Residência Pedagógica (PRP) no Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco (CEM), localizado no município de Colinas do Tocantins, constituiu-se como uma experiência formativa rica, crítica e transformadora para a discente licencianda em Computação participante do subprojeto do Campus Colinas do Tocantins do IFTO. A imersão no cotidiano escolar permitiu a articulação entre os conhecimentos adquiridos ao longo da

graduação e os desafios reais enfrentados na escola pública, especialmente no que diz respeito à implementação dos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à valorização da cultura e da diversidade como eixos estruturantes do processo de ensino-aprendizagem.

Desde os primeiros momentos da residência, foi possível perceber a relevância da observação atenta da cultura organizacional da escola. O Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco possui um Projeto Político-Pedagógico que evidencia o chamado protagonismo estudantil e a “pedagogia da presença”, elementos que, em sua escrita, orientam ações voltadas ao fortalecimento da identidade do estudante e ao desenvolvimento de seu projeto de vida. Essa abordagem institucional revelou-se coerente com os fundamentos da BNCC, especialmente ao propor uma educação que visa à formação integral do sujeito, por meio de competências que incluem a empatia, o respeito às diferenças, a valorização da diversidade cultural e o uso responsável das tecnologias digitais (Brasil, 2018).

Como residente tive a oportunidade de acompanhar de forma contínua as atividades escolares e participar efetivamente dos espaços coletivos de formação e planejamento. As reuniões pedagógicas, as discussões sobre o planejamento anual e a elaboração de projetos revelaram o esforço da equipe escolar em alinhar as práticas docentes com os referenciais da BNCC, ainda que existam desafios relacionados à adequação curricular e à formação continuada de professores voltada para a temática que se refere à inclusão e diversidade de gênero.

Os docentes enfrentam diversos desafios para abordar temas relacionados à diversidade de gênero com os estudantes do ensino médio. Entre os principais obstáculos destacam-se a falta de materiais didáticos adequados e a resistência de parte da comunidade escolar, ainda marcada por preconceitos e estigmas socioculturais. Esses fatores dificultam a construção de práticas pedagógicas inclusivas e críticas, comprometendo o diálogo aberto sobre gênero, respeito e equidade nas relações escolares.

Essas observações também permitiram compreender a importância do envolvimento ativo do docente nas decisões institucionais e na construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas. Durante o período de atuação, a residente participou da elaboração e aplicação de planos de aula pautados nos

componentes da área de Tecnologias e suas interações com outras áreas do conhecimento, a partir das diretrizes da BNCC. As aulas desenvolvidas incluíram, por exemplo, a abordagem do pensamento computacional por meio de atividades desplugadas que estimulavam a lógica, a análise de padrões e a resolução de problemas cotidianos. Um exemplo foi o uso de sequências de ações rotineiras (como acordar, tomar café, ir à escola) para demonstrar o conceito de algoritmo, tornando o conteúdo mais acessível aos alunos e conectando-o com suas vivências.

Durante o desenvolvimento das atividades do Programa de Residência Pedagógica, constatou-se a falta de oportunidades concretas para o trabalho com temas relacionados à diversidade de gênero, sobretudo na articulação com os conteúdos de Computação. Essa dificuldade foi agravada pela inexistência de um laboratório de informática adequado no Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco, o que limitou significativamente as possibilidades de prática e de experimentação pedagógica. A ausência de estrutura física e de incentivo institucional impossibilitou a realização de atividades que problematizassem, por exemplo, como determinados algoritmos reforçam padrões discriminatórios ou sexualizam corpos femininos, especialmente os corpos negros.

Esse cenário evidencia a distância entre o discurso de inclusão e as condições reais de ensino, demonstrando que, diante de uma BNCC que não prioriza de forma efetiva a abordagem crítica da diversidade, os docentes enfrentam sérios desafios para promover discussões profundas e transformadoras sobre gênero e tecnologia no ambiente escolar. A experiência vivenciada revelou, por exemplo, a ausência de debates estruturados sobre gênero e etnia no currículo da disciplina, bem como a carência de metodologias que articulem as competências gerais da BNCC com os conteúdos de Computação de forma crítica e contextualizada.

A diversidade cultural presente no corpo discente do CEM foi um fator amplamente considerado no processo de regência assistida. Houve o cuidado de adaptar o vocabulário técnico e os exemplos utilizados em sala para torná-los compatíveis com as realidades socioculturais dos estudantes. Isso refletiu diretamente na recepção mais positiva das aulas, no aumento da participação ativa dos alunos e na apropriação crítica dos conteúdos

abordados. Como apontam Freire (2013a) e Tardif (2002), o respeito às experiências dos educandos é fundamental para a criação de ambientes de aprendizagem significativos e humanizados. Assim, ao reconhecer as diferentes identidades, histórias e modos de vida presentes na turma, tornou-se possível discutir comportamentos e ideias preconcebidas que ainda são reproduzidas no ambiente educacional. O diálogo sobre gênero, mediado por atividades que integraram Computação e questões sociais, favoreceu a construção de uma consciência coletiva voltada ao respeito, à empatia e à equidade. Dessa forma, a prática docente deixou de ser apenas transmissora de conteúdos técnicos e assumiu um caráter formativo e transformador, promovendo a compreensão de que a diversidade de gênero é parte constitutiva da cidadania e da convivência democrática.

Uma das contribuições mais expressivas do PRP foi a promoção de atividades que articulavam Computação, diversidade e inclusão nos espaços de socialização entre os residentes, que ocorreram na Instituição ofertante. Os residentes, junto com o preceptor e supervisor, organizaram momentos em que os estudantes puderam refletir sobre o papel das tecnologias na sociedade e sobre a importância da acessibilidade digital e da promoção da diversidade e combate a todas as formas de preconceito.

Essas discussões fomentaram debates sobre o direito à educação tecnológica, especialmente para alunos em situação de vulnerabilidade social, e possibilitaram a construção de uma abordagem crítica e cidadã do uso das ferramentas digitais no ambiente escolar. Este momento foi singular, pois, desenvolvido por todos os residentes do PRP do Campus Colinas do Tocantins/IFTO, encerrou um ciclo no qual percebeu-se ser possível refletir e realizar ações, envolvendo as competências do licenciado em computação, a BNCC e a inclusão para a diversidade, abordando os conteúdos em meio a reflexões e promovendo, nos estudantes licenciandos e do ensino Médio, uma sociedade mais inclusiva.

O planejamento e execução de atividades interdisciplinares foram igualmente relevantes. Em uma das ações realizadas durante a semana integrada dos cursos, a residente desenvolveu com os colegas de outros componentes curriculares uma oficina com o tema "Computação e Diversidade: entre algoritmos e respeito", que propunha atividades práticas e reflexivas

envolvendo montagem e funcionamento de computadores, identificação de estruturas básicas do sistema operacional, e análise de como os algoritmos podem reproduzir preconceitos sociais e de gênero se não forem cuidadosamente planejados. Essa experiência inter e transdisciplinar permitiu a articulação entre os saberes técnicos e a dimensão ética do ensino de Computação.

Outro destaque da residência foi a atenção dedicada ao processo de avaliação. Ao elaborar instrumentos avaliativos alinhados com a BNCC, a residente buscou promover uma avaliação formativa, voltada à aprendizagem e ao desenvolvimento das competências gerais do documento, e não apenas à memorização de conteúdos. Essa abordagem permitiu acompanhar o progresso dos estudantes, considerando seus contextos individuais, suas dificuldades e suas potencialidades, o que reforçou o compromisso com uma prática docente sensível e inclusiva.

Os desafios enfrentados ao longo da experiência também foram significativos. Inicialmente, observou-se certa resistência de parte dos estudantes em relação às aulas de Computação, sobretudo pela ausência de familiaridade com os conceitos e pela percepção da disciplina como algo exclusivamente técnico. Essa resistência foi gradualmente superada a partir da adoção de metodologias diversificadas, da aproximação entre os conteúdos e a realidade dos alunos e do esforço contínuo da residente em escutar as demandas e sugestões dos estudantes. Como resultado, foi possível notar o aumento do engajamento e da motivação durante as aulas.

Em termos de resultados, a residência pedagógica permitiu que a discente licenciada consolidasse sua identidade profissional a partir da vivência concreta da docência. A experiência no CEM Presidente Castelo Branco proporcionou reflexões profundas sobre o papel do professor de Computação como educador integral, que, além de ensinar códigos e linguagens, forma sujeitos críticos e conscientes. Ao vivenciar os desafios e conquistas da escola pública, a residente pôde perceber que a transformação do processo educativo passa pela escuta ativa, pelo compromisso ético e pela disposição constante para aprender e se reinventar no exercício docente.

Por fim, a experiência demonstrou que a formação docente no campo da Computação precisa estar imbricada com os debates sobre a BNCC,

diversidade e inclusão. O PRP, ao proporcionar a imersão no cotidiano escolar e ao possibilitar a atuação prática com orientação qualificada, mostrou-se uma ferramenta indispensável para a construção de um perfil docente mais crítico, autônomo e comprometido com a educação pública de qualidade. O diálogo constante entre teoria e prática, promovido ao longo da residência, reafirmou o papel da escola como espaço de produção de conhecimento e de transformação social, e da docência como prática humanizadora e democrática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destaca Tardif (2002), o conhecimento docente se constrói no diálogo entre o saber científico, o saber pedagógico e o saber da experiência. Assim, a atuação da residente no CEM Presidente Castelo Branco foi analisada como prática situada, atravessada pelas múltiplas dimensões da escola, que inclui suas normas, seus valores, sua cultura institucional e as interações sociais que nela se desenvolvem. A compreensão da cultura escolar foi essencial para identificar os espaços possíveis de intervenção pedagógica com base na BNCC, especialmente nos aspectos ligados à valorização da diversidade e ao uso de tecnologias educacionais.

A participação no Projeto de Residência Pedagógica no Centro de Ensino Médio Presidente Castelo Branco constituiu uma etapa formativa fundamental para a discente de Licenciatura em Computação, especialmente por permitir a articulação entre os referenciais da BNCC e a realidade concreta da escola pública. Ao longo da experiência, foi possível compreender como os princípios da Base — como a valorização da diversidade, o protagonismo estudantil e a formação integral — podem ser incorporados de maneira crítica e prática no planejamento e na execução de atividades pedagógicas.

A residência possibilitou o enfrentamento de desafios inerentes à prática docente, como a necessidade de adaptação de conteúdos técnicos à linguagem e ao cotidiano dos estudantes, bem como a superação de resistências iniciais. A construção de propostas interdisciplinares, voltadas à inclusão e à representação da diversidade cultural, mostrou-se eficaz para o

engajamento dos alunos e para a construção de um ambiente mais participativo e democrático. As atividades desenvolvidas reafirmaram que o ensino de Computação pode (e deve) dialogar com temas sociais, promovendo uma formação mais crítica e humanizadora.

Além disso, o processo de observação, planejamento e regência assistida permitiu à residente refletir sobre sua própria prática e consolidar saberes docentes que vão além da técnica. A vivência cotidiana nas salas de aula, nos espaços coletivos da escola e nas interações com os estudantes evidenciou o valor da escuta, da empatia e da contextualização como ferramentas essenciais para uma docência transformadora. A experiência reforçou a importância da inserção da formação pedagógica no centro da Licenciatura em Computação, respeitando a complexidade da educação básica.

Nesse sentido, a participação da residente no CEM Presidente Castelo Branco confirmou a potência da prática pedagógica como espaço de pesquisa e intervenção. As atividades realizadas permitiram um olhar aprofundado sobre a aplicabilidade da BNCC no ensino de Computação e reafirmaram a importância de que as residências pedagógicas sejam mais que estágios supervisionados, mas experiências integradoras e formativas de sujeitos críticos e transformadores.

Assim, conclui-se que o PRP representou um espaço potente de aprendizado, no qual teoria e prática se entrelaçam para formar uma docente mais consciente, crítica e comprometida com os princípios de uma educação pública de qualidade. A aproximação com a realidade escolar revelou-se decisiva para que a discente entendesse o papel social do professor de Computação como mediador do conhecimento e como promotor de equidade, inclusão e respeito à diversidade no ambiente educacional.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Eliane F. G. **Concepções de diversidade na Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 2019. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

BRACHMANN, Christian Puhlmann. **Desenvolvimento do pensamento computacional através de atividades desplugadas na Educação Básica**. 2017. 226 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos; MOREIRA, Jonathan Rosa. **Projeto de prática docente: ensino e pesquisa como praxis emancipatória na formação inicial docente em computação**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA (SBC-EB), 2025. Anais [...]. Porto Alegre: SBC, 2025. p. 107-111.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. CAPES. **Edital nº 24, de 29 de abril de 2022 – Programa de Residência Pedagógica**. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2019>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14986.htm#art1. Acesso em: 10 out. 2025.

CAMPOS, C. R. P. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: práticas pedagógicas e reflexões necessárias**. Vitória: IFES, 2015. v. 5.

DA SILVA, Iago Sinésio Ferris; FALCÃO, Taciana Pontual. Uma pesquisa documental sobre o pensamento computacional no ensino superior: análise dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em computação no Brasil. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 36, n. 114, p. 54-71, 2021.

DIAS, Karina de Araujo. **O curso de Licenciatura em Computação**. In: Formação docente em perspectiva. 1. ed. [S. l.]: Bagai, 2021. p. 250. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/66173405/Editora_BAGAI_Formacao_Docente_em_Perspectiva-libre.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras.** *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18–25, jul./set. 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola – teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; FERREIRA, Liliana Soares; MEDEIROS, Emerson Augusto de; ARAÚJO, Osmar Hélio Alves. Entrevista com o professor José Carlos Libâneo- o curso de pedagogia no balanço das políticas educacionais. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar.** Mossoró, v. 8, n. 27, 2022. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4250>. Acesso em: 10 out. 2025.

LIMA, Francisco Renato; JUNIOR, Ronaldo Silva. Identidade e carreira docente do licenciado em computação: desafios da formação e da profissionalização. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 3, p. 927-953, 2024.

PEVIANI, Claudia Regina Tinós et al. **O desenvolvimento profissional docente do licenciado em computação da EAD/UFGD.** [S. l.]: [s. n.], 2022.

PEVIANI, Claudia Regina Tinós; PANIAGO, Maria Cristina Lima. O trabalho docente e o licenciado em computação. **Horizontes – Revista de Educação**, v. 9, n. 16, p. 1-13, 2020.

PINHEIRO, Lafayette Júnio Mendonça. **Estudo com egressos da Licenciatura em Computação da Universidade de Brasília: as influências do curso na vida profissional e pessoal dos ex-alunos.** 2017. 63 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Leila et al. **Proposta para implantação do ensino de computação na educação básica no Brasil.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (SBIE), 2022. Anais [...]. Porto Alegre: SBC, 2022. p. 278-288.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.